

KANT NO BRASIL: A VIA DAS TRADUÇÕES^{1*}

KANT IN BRAZIL: THE PATH OF TRANSLATIONS

Pedro Pimenta

Universidade de São Paulo

ORCID 0000-0002-1440-4597

pedronamba@gmail.com

Monique Hulshof

Universidade Estadual de Campinas

ORCID 0000-0002-0745-8626

mohulshof@gmail.com

Resumo

Neste artigo, analisamos a história das traduções de obras kantianas no Brasil, no contexto do desenvolvimento dos estudos kantianos, especialmente no sul do país, a partir da fundação da Universidade de São Paulo.

Palavras chave: Estudos Kantianos; Tradução; USP; SKB.

Abstract

In this paper we analyse the history of translations of Kantian works in Brazil, in the context of the development of Kantian studies, especially in the south of the country, starting with the foundation of the University of São Paulo.

Keywords: Kantian Studies; Translation; USP; SKB.

^{1*} Recibido el 23/03/2024. Aprobado el 04/06/2024. Publicado el 30/07/2024.

Falar sobre o surgimento e o desenvolvimento dos estudos filosóficos sobre Kant no Brasil seria uma tarefa para um ensaio longo, talvez mesmo uma tese, que deveria, entre outras coisas, reconstituir a história do ensino da filosofia no Brasil, em instituições superiores (a começar pelas faculdades de direito), e levantar uma bibliografia que incluísse o que foi publicado sobre Kant e de Kant desde o século XIX. Dada a dependência da cultura filosófica brasileira em relação ao influxo de Portugal², um trabalho como esse seria tarefa para historiadores bem como para filósofos. O que propomos aqui é algo bem mais modesto: uma história geral dos estudos kantianos nas universidades brasileiras em seu período “Moderno”, que tem início com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934 – cujo núcleo era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com forte presença de professores franceses (Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss entre eles)³. Ora, essa história tem um marco claro: as décadas de 1960-70, quando a filosofia enquanto tal começa a se profissionalizar no Brasil, deixando cada vez mais os cursos de direitos e os exercícios diletantes e tornando-se coisa de especialistas. O foco das traduções pareceu-nos, nesse sentido, privilegiado: a filologia como prática a partir da qual surge e se estrutura o comentário de textos e a reflexão conceitual. Desde já, advertimos que este artigo não tem nenhuma pretensão de ser exaustivo. Oferece um levantamento inicial de traduções realizadas no período e destaque alguns trabalhos teóricos que nos pareceram mais significativos. É escrito de um ponto de vista que as autoras reconhecem como sendo parcial, o que explica a ênfase, que muitos poderiam considerar desmesurada, na produção uspiana em particular e das instituições do sudeste e do sul em geral. Não vemos aí um vício, mas, antes, a abertura para o complemento e o desenvolvimento crítico das observações aqui realizadas⁴.

² Ver Paulo Margutti, *História da filosofia no Brasil*. 2 vols. São Paulo: Loyola, 2020.

³ Ver <https://jornal.usp.br/universidade/usp-83-anos-a-historia-dos-primeiros-professores-da-universidade>.

⁴ A leitora perceberá a quase completa ausência de referência, nestas páginas, ao importante desenvolvimento no Brasil, também a partir da década de 1960, dos estudos hegelianos, que contaram com o impulso formador de um intelectual de peso, o padre Henrique Cláudio de Lima Vaz. Sobre a trajetória desse homem corajoso, veja-se o seu obitúário por Raul Landim Filho, “Entre a Razão e a Fé”, *Folha de São Paulo*, 14/09/2002.

Nos idos da década de 60, os candidatos a ingresso no curso de graduação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo eram submetidos a um exame oral que porventura incluía questões sobre a *Crítica da razão pura*, de Kant. Como o livro não existia em português, recorria-se à tradução francesa de Tremeysague e Pacaud. Os jovens egressos do ensino clássico, em sua maioria oriundos de famílias abastadas, tinham aprendido o seu francês. A dependência em relação à língua francesa era apenas mais uma confirmação de que a filosofia paulistana (e parte da brasileira) andava a reboque da francesa. Não custa lembrar, o curso de filosofia da USP, fundado juntamente com a universidade, em 1934, foi inicialmente ministrado em francês. Na década de 1950, com a passagem de Gilles-Gaston Granger pelo Departamento de Filosofia, os estudantes e professores entraram em contato direto com o kantismo francês em sua forma difusa, a da “epistemologia”, fomentada em dupla vertente por Jean Cavailles e Georges Canguilhem, que a atrelava a leitura da *Crítica da razão pura* e da *Crítica da faculdade de julgar* a questões contemporâneas relativas à metodologia e ao estatuto filosófico das ciências positivas. A chegada de Gérard Lebrun à USP, no início da década de 60, seria um evento na história da interpretação brasileira de Kant⁵. Encontrou aí solo fértil para suas especulações, travando contato direto com interlocutores vigorosos na filosofia –Bento Prado Jr., João Cruz Costa, José Arthur Giannotti, Lívio Teixeira, Oswaldo Porchat Pereira, Ruy Fausto – e para além dela – Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais e Paul Singer, para mencionarmos apenas alguns. Lebrun, então um jovem professor pouco conhecido na França, trabalhava nessa época em uma tese de habilitação que, defendida sob o título de “Kant et la mort de la métaphysique”, seria publicada em 1970 como “Kant et la fin de la métaphysique” (na prestigiosa coleção Philosophie pour l’âge de la Science, dirigida por Granger e Jules Vuillemin). Livro ousado, que tingia a filosofia kantiana com as cores da genealogia nietzscheana e projetava a terceira *Crítica* sobre os desenvolvimentos mais recentes do estruturalismo, contestando, ao mesmo tempo, as interpretações oriundas do neokantismo e da fenomenologia. Fortemente influenciado pelo Foucault de *As palavras e as coisas*, o livro de Lebrun despertou o interesse de colegas e alunos pelo filósofo alemão, fazendo de Kant (e de seus sucessores imediatos) objetos privilegiados de ensino e estudo na Universidade de São Paulo.

Lebrun não poderia ser mais claro quanto à abordagem e o objetivo de seu estudo. Não se trata de explorar algum ponto da filosofia de Kant ou um problema qualquer que ponha a ela a fim de determinar o seu aporte sistemático. A exploração conduzida em *Kant e o fim da metafísica* a partir da *Crítica da faculdade de julgar* tem uma visada bem diferente:

⁵Ver a respeito o depoimento do próprio Lebrun e os textos de Bento Prado Jr. e Paulo Eduardo Arantes, reunidos por Maria Cecília Loschiavo dos Santos no volume *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

Nous nous étions demandé au départ : qu'en est-il, en fin de compte, de la métaphysique spéciale ? on a essayé de montrer comment, à travers la Dialectique transcendantale, puis la troisième *Critique*, Kant l'avait patiemment résorbée et transposée. Mas l'interprétation critique de la métaphysique passée ne règle pas encore le sort de la métaphysique promise, qui demeure en suspens. Certes, la discipline que Kant appelait en 1765 « Hauptwissenschaft » demeure en suspens ; l'Opus postumum continuera de distinguer philosophie transcendantale et métaphysique, - mais l'œuvre n'aurait pas tenu lieu, une fois de plus, de celle-ci. [...] La métaphysique recherchée n'aurait-elle été qu'un idéal décevant et, en fin de compte, un blocage de la *Critique* ? On reviendrait par là à l'opposition su *système kantien* et de l'*idée critique*, de l'inerte et du corrosif... Mais celle-ci nous semble être un dérobade plutôt qu'une solution du problème. Et puis, comment voir un antagonisme là où il y a, très ostensiblement, couplage ? L'idée critique fut animée, de part en part, par l'espoir de donner à la métaphysique une assise. Et les Critiques sont plus qu'une investigation préalable à la fondation de celle-ci : à travers elles, c'est l'Idée de la métaphysique qui revient sur un passé frauduleux et trace à la fois le relevé du « pays de la raison » et des voies sans issue où s'engagèrent les métaphysiciens pour avoir confondu subrepticement l'« être en tant qu'être » et l'être-du-sensible. L'originalité de la Critique vient de ce que la métaphysique n'y est pas critiquée de l'extérieur : c'est une même chose que de la contester comme science apparente, telle qu'elle a surgi dans l'histoire, et de commencer à la restituer dans son authenticité systématique en rectifiant ses principes et en découpant avec exactitude leur champ d'application. Loin qu'il y ait antagonisme entre critique et système, la critique, spontanément, dessine les articulations de la métaphysique future⁶.

Fala na *Crítica* como aquela que “desenha” o espaço no qual virá se articular uma “metafísica futura” é evocar Foucault, que em 1966 reservara a Kant um lugar privilegiado na ruptura que separa de maneira radical a “Idade Clássica”, ou da “Representação”, da “Idade do Homem”. Mas Lebrun, por ser tributário de Foucault, não esposa todas as suas conclusões. No que diz respeito a uma “metafísica futura”, a divergência entre eles é clara, e isto é fundamental. Pois, enquanto Foucault se refere “às metafísicas que, malgrado a sua cronologia pós-kantiana, parecem ser pré-críticas”⁷, pensando aqui na Fenomenologia, por certo, mas, também, no Idealismo Alemão, o livro de Lebrun se abre para a consideração desses mesmos sistemas como fundamentalmente distintos da antiga metafísica, em virtude, precisamente, da virada kantiana. Em grande parte graças a esse gesto, surgiram rapidamente e em sucessão, na Universidade de São Paulo, teses de fôlego, depois transformadas em livros, que se tornaram referências no Brasil. Mencionemos Rubens Rodrigues Torres Filho, *O espírito e a letra. A crítica da imaginação pura, em Fichte* (São Paulo: Ática, 1975); Paulo Eduardo Arantes, *Hegel. A ordem do tempo* (São Paulo: Polis,

⁶ Gérard Lebrun, *Kant et la fin de la métaphysique*. Paris: Armand Collin, 1970, pp. 499-500.

⁷ Michel Foucault, *Les Mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris : Gallimard, 1966, p. 257.

1981); Carlos Alberto de Moura, *A crítica da razão na fenomenologia* (São Paulo: Nova Alexandria, 1989); e Maria Lúcia Cacciola, *Schopenhauer e a questão do dogmatismo* (São Paulo: Edusp, 1994).

Paralelamente aos desenvolvimentos na USP, eram elaboradas em outras instituições brasileiras interpretações de Kant e do Idealismo Alemão que, muitas vezes vinculadas a outras tradições de leitura, notadamente de origem alemã, se mostrariam, no futuro, tão vigorosas quanto a uspiana – muitas vezes, inclusive, entrando em conflito com ela. Se, na Universidade de São Paulo, o “kantismo” se tornou uma espécie de atmosfera que perpassava o curso de filosofia, em outras partes do Brasil ele começou a se desenvolver no sentido de um comentário alinhado às preocupações estabelecidas na *Kantforschung* desde o início do século 20. Neste sentido, cabe dizer que, se o legado uspiano foi fundamental, teria sido plenamente insuficiente para o estabelecimento de uma cultura acadêmica dedicada à obra de Kant no Brasil. Malgrado essas diferenças importantes, permanecia o fato de que os ouvintes desses cursos, onde quer que ocorressem, tinham de se haver com um Kant que não falava a sua língua. Essa situação certamente limitava a introdução do filósofo aos alunos de graduação e tolhia o desenvolvimento de uma pesquisa a seu respeito em língua portuguesa. Mas ela estava para mudar – o que aconteceu em concomitância com uma virada importante nos estudos kantianos, que aos poucos, mas de maneira decisiva, voltaram-se para a análise das “travações conceituais” (Giannotti) incidentes ao sistema (com destaque para a filosofia moral).

No início da década de 70, docentes da filosofia da USP e de outras instituições, tanto os mais experientes, exilados da ditadura de 1964, como os mais jovens, que resistiram a ela no Brasil, tornaram-se colaboradores em uma empreitada original. O grupo editorial Abril lançou a partir de 1973 a coleção *Os pensadores*, em 36 volumes, que cobria o arco quase inteiro do que então se costumava chamar de “filosofia ocidental”, dos pré-socráticos ao estruturalismo, e chegando até às ciências humanas. Cada volume era dedicado a um autor em particular ou a um grupo de autores com afinidades entre si. Os volumes eram formados por um fascículo introdutório e por traduções de textos, na maioria das vezes feitas a partir do original. Vendidos em bancas de jornal a preços acessíveis, tornaram-se uma referência da cultura de classe média brasileira, que então se encontrava em expansão. Os volumes foram ampliados em 1978 e conheceram sucessivas edições até a primeira metade da década de 90, quando a coleção foi descontinuada.

O volume 18, dedicado a Kant, surgiu em 1974 e trazia uma série de textos que compunham um todo inusitado. A apresentação do volume era assinada por Marilena Chauí, da USP. O miolo era formado por uma tradução parcial da *Crítica da razão pura*, feita por Valério

Pimenta, P. y Hulshof, M. (2024). Kant no Brasil: a via das traduções. *Siglo Dieciocho*, 5, 275-289.

Rohden e Ugo Baldo Moosburger; uma tradução integral dos *Prolegômenos a toda metafísica futura*, a cargo de Tânia Maria Bernkopf; a célebre tradução da *Fundamentação da metafísica dos costumes* realizada pelo filólogo e literato português Paulo Quintela ainda na década de 1940; duas contribuições de Rubens Rodrigues Torres Filho, jovem docente da USP, a Primeira introdução à *Crítica do Juízo*, seguida pela Analítica do belo e pelos parágrafos dedicados à doutrina do gênio; e, ao final do livro, a primeira parte de *A religião nos limites da simples razão*, com tradução também de Bernkopf. Esse grupo heterogêneo se tornou mais coerente em 1978, quando o volume foi dividido em dois tomos, o primeiro contendo a tradução integral do texto da segunda edição da *Crítica da razão pura*, o segundo reservado aos demais textos.

Não é exagero dizer que a tradução da primeira *Crítica* representou um marco. Embora tenha ganhado duas versões posteriores, ambas mais completas, uma em Portugal, outra no Brasil, a *Crítica da razão pura*, tal como se encontra na coleção *Os pensadores*, permanece um texto único, em cuja tessitura se reconhece, de alguma maneira, a consciência da realização de um trabalho que, além de pioneiro, alcança alto nível de qualidade. O trabalho de Quintela também merece destaque. Se essa tradução da *Fundamentação* padece de faltas conceituais, ela preserva em compensação uma elegância de estilo que, além de tornar o texto acessível, chama a atenção para as qualidades do texto original. Por fim, as escolhas de extratos da *Crítica do Juízo* por Torres Filho (ditadas por imperativos de pesquisa e docência) lançam luz sobre a qualidade incomum dessas traduções, que aliam um conhecimento profundo da língua alemã a uma destreza rara no manejo da língua portuguesa. Essas mesmas qualidades se encontram em outros dois volumes da mesma coleção assinados por Torres Filho, um deles dedicado a Fichte-Schelling (1973), depois desdobrado em dois tomos à parte, devidamente aumentados, o outro a Nietzsche (1973), reeditado em 2012, fora da coleção com o título de *Obras incompletas*⁸.

O uso dessas traduções e o contínuo debate sobre a criação de um vocabulário filosófico para os estudos kantianos no Brasil abriram caminho para a consolidação de algumas vertentes preocupadas a um só tempo com a análise rigorosa da obra de Kant e com a atualidade de seu pensamento para refletir sobre problemas filosóficos contemporâneos. À presença de Foucault e da fenomenologia, veio juntar-se a de certa Teoria Crítica, representada por Habermas, que se tornou uma figura de referência em muitas dessas vertentes (mas não somente ele). Em paralelo

⁸A constatação de Rubens Rodrigues Torres Filho sobre a necessidade do trabalho de tradução para a sala de aula é expressiva: “É mais ou menos assim que eu justifico essa tarefa de traduzir, porque em verdade não sou tradutor; foi algo feito por necessidade, como consequência indireta de meu trabalho acadêmico e levando em consideração as condições nacionais daquele momento, isto é, a necessidade de dispor em português de textos que eu julgava fundamentais” (Cadernos de Filosofia Alemã, n. 1, 1996. p. 70).

ao trabalho de tradução da primeira *Crítica* de Kant, Valério Rohden dedicou-se aos estudos de sua filosofia prática, reunidos no livro *Interesse da razão e liberdade*, publicado em 1981 (com prefácio de Lebrun). Trata-se provavelmente do primeiro estudo de fôlego realizado no Brasil sobre a arquitetura da Filosofia Crítica, ou, mais precisamente, a sua dimensão sistemática, com enfoque nas condições do uso prático da razão.

Kant coloca o objetivo da *Crítica da razão prática* na demonstração da realidade da razão prática. A razão prática, quando possui fundamento suficiente para a determinação da vontade com vista à realização dos seus objetos, isto é, quando a razão mesma é determinada pela liberdade. A possibilidade da demonstração de que a razão é prática depende por sua vez da demonstração de que a liberdade possa ser atribuída efetivamente à vontade humana e à vontade de todos os seres racionais. Deste modo, a questão da demonstração torna-se uma questão relativa à conexão entre liberdade e razão. Se for demonstrada essa conexão, então ficará igualmente demonstrado que toda vez que o homem fizer das determinações da sua razão máximas de seu comportamento (Fórmula do imperativo categórico), ele também alcançará efetivamente a sua liberdade, mediante ações reguladas por máximas (p. 31).

Esse enfoque representa uma reviravolta em relação àquele adotado por Lebrun, que pouco discutirá o uso prático da razão. Ora, pois é precisamente este que Rohden toma como o ponto nevrálgico do sistema de Kant. Longe, no entanto, de ser uma tese estritamente acadêmica, o trabalho de Rohden não perde de vista questões candentes na filosofia contemporânea, dedicando um excursão (pp. 111-122) à questão da relação entre a “liberdade incondicionada de Sartre e a autonomia de Kant”.

Nesse mesmo ano de 1981, Ricardo Ribeiro Terra defendeu a tese de doutorado “Política e história da filosofia kantiana”, que seria publicada como livro em 1995 sob o título *A Política Tensa. Ideia e realidade na filosofia da história de Kant* (resenhado por Torres Filho). Como sugere o próprio título, Terra se interessa pela *política* de Kant, e logo, pela história e pelo direito, privilegiando em suas análises uma literatura até então pouco estudada no Brasil: os opúsculos da década de 1780, a *Paz perpétua*, a *Doutrina do Direito* e o *Conflito das faculdades*. Em seu livro seguinte, *Passagens. Estudos sobre a filosofia de Kant* (Rio de Janeiro: UFRJ, 2003). Neste volume, com efeito, encontram-se ao menos ensaios que não tardaram a se tornar referência, dentre os quais destacamos “Determinação e reflexão em *A paz perpétua*”, no qual a consideração pelas questões do sistema, sempre a partir das condições do uso prático da razão, levam à abertura para uma teoria política na qual se combinam, como dissemos, o direito e a história.

Prosseguindo na determinação da possibilidade do acordo da política com a moral, Kant introduz a noção da publicidade na formulação de dois princípios transcendentais do direito público. O primeiro, dito negativo, considera injustas as ações cujas máximas não são passíveis de publicidade. Este princípio

deve ser concebido não apenas como ético, mas também como jurídico. A moral englobaria a ética, a doutrina da virtude, que exige que o móbil seja o respeito pela lei; e também o direito, que admite móveis que determinem o arbítrio de maneira patológica (o medo da lei, da prisão, da multa etc.), visto que, no plano jurídico, a exterioridade da ação é que é considerada, e não a intenção, como na ética (doutrina da virtude). Se a máxima de uma ação precisa ser ocultada para ser eficaz, ela é injusta, vai contra a moral como doutrina do direito. Esse primeiro princípio impede, por exemplo, a organização secreta de uma rebelião (p. 96).

Fala-se aí de política, mas a leitora também reconhece, sem dificuldade, clivagens oriundas da crítica da razão em seu uso teórico.

Interessado pelo estabelecimento da tradução dos textos políticos de Kant, Terra organizou e traduziu, juntamente com Rodrigo Naves, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, contendo textos críticos do próprio Ricardo, de Lebrun e de Giannotti, publicado em 1986. Guido Antônio de Almeida, fenomenólogo de formação, acumulava a experiência de tradução de *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer, publicada em 1985 e de *Consciência Moral e Agir Comunicativo* de Habermas, surgida em 1989. Como início do que seria uma guinada para os estudos kantianos – que resultará em uma série de artigos sobre a filosofia teórica e prática de Kant –, ele publicou em 1992 uma preciosa tradução do manual de Lógica de Kant. O seu interesse por Kant redundou ainda na produção de dois artigos que hoje são referência nos estudos brasileiros de Kant: “Kant e o fato da razão. Cognitivismismo ou decisionismo moral?” (*Studia Kantiana*, 1(1) 53-81, 1998), e “Crítica, dedução e fato da razão” (*Analytica*, v. 4, n. 1, 1999). Destacamos uma passagem do primeiro desses artigos, para que se tenha uma ideia da aliança, característica do estilo do autor, entre a atenção aos detalhes de argumento e a perspectiva mais ampla dos conceitos.

Com efeito, tanto o conceito de agir quanto o conceito de moralidade são explicados por Kant a partir de sua relação com a natureza racional do homem, mas essa relação é determinada de maneira diversa em cada caso. Assim, as ações humanas são pensadas por Kant como determinadas, não *mecanicamente* pela força afetiva de nossos desejos, mas por um poder de escolha que é *racional*, na medida em que nossas escolhas se baseiam em princípios. Este poder, entretanto, não é perfeitamente racional, mas também é “sensitivo”, na medida em que nossas preferências podem ser afetadas por impulsos sensíveis. A moralidade, por sua vez, é pensada como o valor que atribuímos à nossa vontade na medida em que ela respeita em suas decisões um princípio prático que comanda independentemente de todo impulso sensível e que é, nessa medida, um princípio *puramente racional*. Dados esses conceitos, um problema imediatamente se levanta para Kant: como é que uma vontade que não é

perfeitamente racional pode ser determinada por um princípio que, ele, é puramente racional? (p. 54).

Não é exagero dizer que, numa passagem como esta, estão colocados os problemas fundamentais da Crítica, incluindo a aparente contradição entre a perfeição da razão e a limitação da vontade.

Quando Guido publicou estes artigos, podia contar já com um público de leitoras de Kant em português, que se beneficiou crescentemente, ao longo das décadas de 1980 e 1990, da publicação de uma série de traduções de qualidade. Em 1985, vieram a lume *Textos seletos*, organizados em edição bilingue por Emmanuel Carneiro Leão, contendo, entre outras peças, *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento e Que significa orientar-se no pensamento?*. Em Portugal, as edições 70 publicavam traduções realizadas por Artur Morão, com destaque para a *Crítica da razão prática*, em 1986, marcada pelo rigor e pela precisão conceitual, e os *Prolegômenos a toda metafísica futura*, em 1988, versão superior à brasileira de 1974. Mencione-se, sobretudo, a *Crítica da razão pura* realizada por Artur Fradique Morujão e Manuela Pinto dos Santos, que, pela primeira vez, trouxe em língua portuguesa o texto integral das edições A e B. Publicada em 1987 pela fundação Calouste-Gulbenkian, essa tradução foi debatida no Brasil e se tornou, também ela, uma referência⁹. Seguiu-se em 1993 a *Crítica da faculdade do juízo*, por Valério Rohden e António Marques, este último professor na Universidade de Lisboa. Edição publicada conjuntamente no Brasil e em Portugal, assinalou a convergência de duas tradições que, nessa altura, haviam se tornado complementares. Rohden concluiria a empreitada de tradução das três *Críticas*, com a publicação em 2002 da *Crítica da razão prática*, vertida com precisão para português, em edição bilingue, com notas elucidativas. Ressalta-se ainda, nesse mesmo período, o início da tradução dos textos pré-críticos de Kant, com a publicação em 1993 de *Observações Sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*, em tradução de Vinicius Berlendis de Figueiredo.

A intensa produção de traduções nos anos 80 e 90 no Brasil pode ser considerada, retrospectivamente, como parte de um movimento de progressiva institucionalização dos estudos kantianos, em conjunto com a organização de colóquios e congressos para estimular o debate filosófico em solo brasileiro e a criação de revistas especializadas para a circulação deste

⁹ É interessante conferir o modo como Valério Rohden narra um debate sobre a tradução da primeira *Crítica*, ressaltado a importância da realização de traduções diferentes, sem deixar de alfinetar o tradutor da edição portuguesa pelas críticas recebidas: “O autor dessa tradução, numa visita à USP, me fez algumas críticas, dizendo que a tradução que fiz com Moosburger tinha uma forma de português acentuadamente germânico. E o Rubens Rodrigues Torres Filho, numa entrevista aos *Cadernos Alemães*, dirigidos pelo professor Ricardo Terra, veio em nossa defesa, dizendo que uma boa fidelidade ao original era preferível à sua falsificação”. (*Educação e Filosofia*, 13 (25) 9-26, jan./jun. 1999, p.17-18). Vale à pena reproduzir aqui o texto original de Rubens, que defende a relevância das duas traduções: “Com relação às traduções da *Crítica*, eu vejo mais fluência na portuguesa, mesmo. A sintaxe alemã contaminou muito a tradução brasileira, talvez justamente por aquela procura de rigor e literalidade. Mas o que é importante é termos as duas traduções, para os que não sabem alemão poderem usar uma e outra, comparando” (*Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 1, 1996. p. 70).

debate¹⁰. Em 1988 ocorreu o primeiro Congresso internacional de Kant no Brasil, organizado por Zeljko Loparic (docente na Unicamp e antigo aluno de Heidegger), que culminou na fundação da Sociedade Kant Brasileira (SKB), que teve Loparic como seu primeiro presidente. Os dois congressos seguintes, *200 anos da Metafísica dos Costumes*, em 1997, e o *Perspectivas kantianas no século XXI*, em 2001, ocorreram em Itatiaia, organizados por Guido Antônio de Almeida, com apoio da SKB, que tinha como presidente na época Valério Rohden. Era muito clara a preocupação dos membros fundadores da Sociedade Kant Brasileira e dos organizadores dos primeiros congressos Kant com o estabelecimento de um debate nacional sobre os estudos kantianos em língua portuguesa. Muitos desses pesquisadores haviam realizado o doutorado integralmente ou em parte no exterior e possuíam vínculos fortes com centros internacionais de estudos kantianos (notadamente na Alemanha), mas acreditavam na importância da formação de uma cultura filosófica brasileira. Consideravam que era preciso manter o diálogo com os centros internacionais, mas que ao mesmo tempo se fazia necessário estabelecer as condições materiais para a discussão interna sobre Kant em português. Nesse sentido, é expressiva a decisão de criar, nessa época, a *Studia Kantiana. Revista da Sociedade Kant Brasileira*, que tem seu primeiro número em 1998, com divulgação dos artigos de pesquisadores brasileiros em português. Apenas artigos de convidados estrangeiros eram publicados em outras línguas. Alguns anos mais tarde, tendo Christian Hamm como editor, a revista passou a publicar, além dos artigos de pesquisadores kantianos, traduções de alguns opúsculos de Kant acompanhadas de comentários e notas.

A institucionalização dos estudos kantianos teve efeito, e o reconhecimento internacional da qualidade dos pesquisadores em solo nacional veio em 2005 com a anuência da Kant-Gesellschaft (a Sociedade Kant internacional) para a realização do *X Internationalen Kant-Kongress. Recht und Frieden in der Philosophie Kants*, na Universidade de São Paulo. A esta altura, a formação de grupos diversos de pesquisadores kantianos estava consolidada em diferentes universidades brasileiras. No âmbito das traduções, é interessante mencionar três feitos importantes. Em 2005 foi publicada a primeira edição dos *Escritos pré-críticos*, coletânea que reúne diversos opúsculos importantes, como a *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*, traduzida por Luciano Codato e *A forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível* (mais conhecida como dissertação de 1770), traduzida por Paulo Licht dos Santos. Em 2006 foi publicada a

¹⁰ Pode-se retrazar as linhas gerais do processo de institucionalização dos estudos kantianos e o papel que as traduções da obra de Kant exerceram nesse processo nas entrevistas de Valério Rohden (*Educação e Filosofia*, 13 (25) 9-26, jan./jun. 1999, p. 12-15), de Guido Antônio de Almeida (*Conversas com filósofos brasileiros*, Editora 34, 2000, p.235-236) e de Ricardo Terra (*Revista Idéias* v. 3(1) O Debate Público e Filosofia no Brasil, p.341-344).

Antropologia de um ponto de vista pragmático, com tradução de Clélia Aparecida Martins e revisão técnica de Márcio Suzuki, com a colaboração de Vinicius Berlendis de Figueiredo. Em 2009 veio a público a primorosa tradução da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* feita por Guido Antônio de Almeida, com um trabalho minucioso de pesquisa que resultou em um glossário comentado com mais de cem páginas (que permanece sem publicação, mas que socorreu muitos tradutores de Kant em momentos difíceis).

A partir de 2010, surge uma nova geração de tradutores. É curioso que no período de um ano tenham sido publicadas três traduções diferentes do opúsculo “Começo conjectural da história humana”, de Joel Klein pela revista *Ética* e de Bruno Nadai, pelos *Cadernos de Filosofia alemã*, ambas em 2009, e de Edmilson Menezes, pela editora UNESP, em 2010. É também expressivo que o opúsculo “Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento?” tenha sido traduzido, mais ou menos na mesma época, outras três vezes: por Luiz Paulo Rouanet, em 2008, por Vinicius Berlendis de Figueiredo, em 2009 e por Paulo Cesar Ferreira, publicada na coleção “O que é Esclarecimento?”, que reúne os textos de intervenção de diversos pensadores que se ocuparam com a pergunta pelo significado do Esclarecimento alemão, como Mendelssohn, Hamann e Wieland. Dentre os opúsculos de Kant vertidos para o português, nota-se ainda a tradução feita por Alexandre Hahn dos polêmicos escritos sobre raça: “Determinação do conceito de uma raça humana” e “Das diferentes raças humanas”. Além disso, começam a ocorrer na comunidade kantiana eventos voltados inteiramente para o debate de traduções, como é o caso do colóquio organizado pelo Grupo de Investigações Kantianas da UFSC, que resultou no livro “Crítica da razão tradutora”, inteiramente dedicado às dificuldades de tradução da obra de Kant.

É nessa época que se forma em São Paulo o Grupo de Traduções Kant, coordenado por Ricardo Ribeiro Terra, composto por Fernando Costa Mattos, Monique Hulshof, Bruno Nadai e Diego Kosbiau Trevisan, cujos primeiros trabalhos consistem na tradução de algumas *Reflexionen* sobre moral e direito publicadas nos *Cadernos de filosofia alemã*, na revisão técnica dos *Primeiros Princípios da Doutrina do Direito*, traduzida por Clélia Aparecida Martins e na tradução dos *Primeiros princípios da Doutrina da Virtude*, estes últimos publicados sob o título *Metafísica dos Costumes*, em 2012. Com base nessa experiência, inicia-se um projeto de tradução das três *Críticas*, proposto pela editora Vozes, que tinha como intuito oferecer ao público amplo traduções rigorosas, mas preocupadas com a fluência da língua de chegada. Assim, foi lançada em 2012 a nova tradução da *Crítica da razão pura*, de Fernando Costa Mattos, que reúne fluência e decisões de tradução que levam em conta a consolidação de mais de duas décadas sobre os termos centrais da primeira *Crítica*. Em 2016 vêm a público a *Crítica da razão prática*, traduzida por Monique Hulshof, que realizou um minucioso trabalho comparativo com as traduções anteriores e organizou um robusto glossário que procurou levar em conta, na medida do possível, a

Pimenta, P. y Hulshof, M. (2024). Kant no Brasil: a via das traduções. *Siglo Dieciocho*, 5, 275-289.

consolidação do debate sobre termos da filosofia prática kantiana. Ainda em 2016, Costa Mattos lança uma tradução da *Crítica da Faculdade de Julgar*, em volume que traz, ainda, a *Primeira introdução à Crítica da Faculdade de Julgar*.

Nos últimos anos reverberou no Brasil o intenso estudo dos cursos (ou lições) ministrados por Kant ao longo de sua vida, que foram copiadas por seus alunos em manuscritos e reunidos em diferentes edições. Márcio Suzuki verte para o português uma seleção dos *Cursos de Antropologia* de Kant, publicada em 2017. Bruno Cunha e Charles Feldhaus, oferecem à leitora uma tradução bem cuidada das *Lições de Ética*, em uma excelente edição da UNESP datada de 2018, com estudo introdutório primoroso. Com duas outras traduções – das *Lições sobre a doutrina filosófica da Religião* e das *Lições de Metafísica*, ambas publicadas pela Vozes – Bruno Cunha tornou-se nos últimos anos o principal responsável pela abertura deste novo campo para os estudos kantianos no país. As *Lições de Direito Natural* anotadas por Feyerabend, cuja introdução com tradução de Fernando Costa Mattos já havia sido publicada em 2010, ganharão em breve uma tradução completa pelo próprio Mattos, em parceria com Monique Hulshof.

Alguns opúsculos políticos de Kant que já contavam com edições portuguesas confiáveis, começaram a ganhar novas versões no Brasil. É o caso da edição de *O conflito das faculdades* que já contava com a tradução e Artur Morão e ganhou nova versão para o português, realizada por André Perez e Luiz Gonzaga Nascimento, acompanhada de notas e de uma instigante apresentação de Ricardo Terra. O opúsculo *À paz perpétua: um projeto filosófico* que também contava entre os textos políticos traduzidos por Artur Morão, ganhou uma boa tradução, com estudo introdutório e notas de Bruno Cunha. Nota-se também que a editora Vozes ampliou seu projeto de traduções da obra de Kant e pretende lançar em breve uma nova tradução de *A religião dos limites da simples razão*, feita por Bruno Cunha, e uma nova versão para o português da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* que está a cargo de Diego Kosbiau Trevisan, assim como uma série de novas traduções que estão em andamento. Essa ampliação aponta para a contínua relevância das traduções para os estudos kantianos no Brasil.

Um observador que contemplasse o estado da pesquisa kantiana no Brasil nesta década de 2020, sem conhecer a história de seu desenvolvimento, poderia ser levado a crer que ela se desenvolveu, nos últimos 50 anos, como um ramo de especialização isolado dos estudos filosóficos. A narrativa



que ora oferecemos serviria, inclusive, para reforçar essa impressão. Mas a verdade é mais complexa. Desde o início, o “kantismo” brasileiro foi parte dos estudos de filosofia alemã em geral. Nos domínios da tradução, a filosofia alemã passou a ser tratada com o devido rigor a partir do momento em que o próprio Kant recebeu esse tratamento. A par dos volumes já mencionados sobre Fichte, Schelling e Nietzsche na coleção *Os pensadores*, concebidos e realizados por Rubens Rodrigues Torres Filho, cabe destacar, entre outros, os trabalhos de Márcio Suzuki (Schlegel, Schelling), Paulo Meneses (a *Fenomenologia do espírito* de Hegel), Marcos Müller (a *Filosofia do direito* de Hegel), Maria Lúcia Cacciola (diversos escritos de Schopenhauer), Paulo César Souza (Nietzsche), Márcia Sá Cavalcante Schuback (*Ser e tempo* de Heidegger), Marilene Carone (numerosos textos de Freud) e Luiz Henrique Lopes dos Santos (o *Tractatus* de Wittgenstein). Merece especial destaque a edição das obras de Jürgen Habermas, a cargo de Luiz Sérgio Repa, pela editora da Unesp. As cuidadosas traduções incluem, é claro, *Mudança estrutural da esfera pública* (já publicado) e *Discurso filosófico da modernidade* (em preparação), obras que oferecem um contraponto de peso à genealogia de Foucault – que, como observamos, marcou o início dos estudos acadêmicos sobre Kant no Brasil.

O cuidado com que vêm sendo realizadas traduções de Kant em particular e dos alemães em geral fornece um exemplo sólido da necessidade da aliança entre o comentário filológico e a reflexão filosófica. Uma jovem que hoje ingresse nos cursos de filosofia brasileiros tem à sua disposição um número considerável de textos de Kant e de seus epígonos, diretos ou não, em português exemplar. Convenhamos, uma situação bem diferente daquela com a qual tinham de se haver os aspirantes a filósofos no Brasil dos anos 1960. Malgrado tudo o que se interpõe entre aquela época e a nossa, temos razões para saudar a independência conquistada pelo kantismo brasileiro, que soube fincar, em um solo tradicionalmente arredio à filosofia, uma forte tradição de comentário textual e especulação conceitual. As indicações aqui fornecidas oferecem uma abertura para a compreensão dos desenvolvimentos da filologia kantiana em solo brasileiro, nesse mesmo período. Mas a discussão desta literatura já exigiria um outro artigo, que examinasse inclusive em que medida o kantismo brasileiro, uma vez estabelecido, soube dialogar com outras vertentes da filosofia em solo nacional e contribuir para a reflexão filosófica como um todo.

Traduções mencionadas

Kant, I. (1974). *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Ugo Baldo Moosburger. São Paulo: Col. Pensadores. Editora Abril.

Kant, I. (1974). *Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*. Trad. Tânia Maria Bernkopf. São Paulo: Col. Pensadores, Editora Abril.

- Pimenta, P. y Hulshof, M. (2024). Kant no Brasil: a via das traduções. *Siglo Dieciocho*, 5, 275-289.
- Kant, I. (1974). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Col. Pensadores. Editora Abril.
- Kant, I. (1974). *Crítica do Juízo*. Trad. Torres Filho. São Paulo: Col. Pensadores. Editora Abril.
- Kant, I. (1985). *Textos seletos*. Trad. Raimundo Vier, Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes.
- Kant, I. (1986). *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Trad. Ricardo Ribeiro Terra e Rodrigo Naves. São Paulo: Brasiliense. Reeditado pela Editora Martins Fontes, 2004.
- Kant, I. (1986). *Crítica da razão prática*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Edições 70.
- Kant, I. (1987). *Crítica da razão pura*. Trad. Artur Fradique Morujão e Manuela Pinto dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kant, I. (1992). *Lógica*. Trad. Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Edições Tempo Brasileiro.
- Kant, I. (1993). *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valerio Rohden e Antônio Marques. Lisboa: Forense Universitária.
- Kant, I. (1993). *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime e Ensaio sobre as doenças mentais*. Trad. Vinícius Berlendis de Figueiredo. Campinas: Ed. Papyrus. Reedição: São Paulo: Editora Clandestina, 2018.
- Kant, I. (2002). *Crítica da razão prática*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Editora Martins.
- Kant, I. (2005). *Escritos pré-críticos*. Trad. Luciano Codato, Paulo Licht Santos, Jair Barboza, Joãozinho Beckenkamp, Vinicius De Figueiredo. São Paulo: Editora UNESP.
- Kant, I. (2008). *Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Edições 70.
- Kant, I. (2008). *O Conflito das Faculdades*. Trad. Artur Morão. Lusofia press.
- Kant, I. (2008). *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Casa das Moedas.
- Kant, I. (2009). *Resposta à questão: O que é Esclarecimento?*. Trad. Vinícius Berlendis de Figueiredo. Em: Marçal, J. (Org). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED.
- Kant, I. (2009). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso e Barcarolla.
- Kant, I. (2009). *Começo Conjectural da História Humana*. Trad. Edmilson Menezes. São Paulo: Editora UNESP.
- Kant, I. (2009). *Início Conjectural da História Humana*. Trad. Joel Klein. Em: *Revista Ético@*, 8 (1), 157-168.
- Kant, I. (2009). *Começo Conjectural da História Humana*. Trad. Bruno Nadai. Em *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, 13, 95-107.
- Kant, I. (2010). *Das diferentes raças humanas*. Trad. Alexandre Hahn. Em: *Kant e-prints*, 5 (5), 4-9.
- Kant, I. (2011). *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?*. Trad. Paulo Cesar Gil Ferreira. Via Verita.
- Kant, I. (2012). *Determinação do conceito de uma raça humana*. Trad. Alexandre Hahn. Em: *Kant e-prints*, 7 (2), 28-45.

- Kant, I. (2012). *Crítica da razão pura*. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes.
- Kant, I. (2013). *Metafísica dos Costumes*. Trad. Clélia Martins, Bruno Nadaí, Diego Kosbiau Trevisan, Fernando Costa Mattos e Monique Hulshof. Petrópolis: Editora Vozes.
- Kant, I. (2016). *Crítica da razão prática*. Trad. Monique Fragelli Hulshof. Petrópolis: Vozes.
- Kant, I. (2016). *Crítica da faculdade de julgar*. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes.
- Kant, I. (2017). *Cursos de Antropologia. A Faculdade de Conhecer*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Editora Clandestina.
- Kant, I. (2018). *Lições de Ética*. Trad. Bruno Cunha e Charles Feldhaus. São Paulo: Editora UNESP.
- Kant, I. (2021). *O Conflito das Faculdades*. Trad. André Perez e Luiz Gonzaga Nascimento. Petrópolis: Vozes.
- Kant, I. (2024). *Lições sobre a doutrina filosófica da Religião*. Trad. Bruno Cunha. Petrópolis: Vozes.

CV do autor

Pedro Pimenta é graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1994), mestre (1997) e doutor (2002) pela mesma instituição, onde leciona desde 2005. Dedicou-se a estudos na área de Filosofia Moderna, com especial ênfase em autores do Século XVIII. Professor livre-docente (2015).

CV da autora

Monique Hulshof é professora de Ética na Universidade Estadual de Campinas. Possui Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2004) e Doutorado Direto em Filosofia pela mesma universidade (2011). Realizou estágio de doutorado sanduíche na Goethe Universität Frankfurt am Main (2009) e na Universität Konstanz (2009-2010), Alemanha, com bolsa DAAD-CAPES. Realizou estágio de pesquisa de curta duração na Universidade de Paris I (2013), na Universidade de Groningen (2017) e intercâmbio científico de curta duração na Universidade de Frankfurt, com bolsa CAPES-DAAD (2014). É integrante do Grupo de Filosofia Crítica e Modernidade (FiCeM) e da comissão editorial dos Cadernos de Filosofia Alemã, ambos sediados na USP. Desenvolve pesquisa nas áreas de Ética e filosofia política e História da Filosofia Moderna, com ênfase em filosofia moral e política em Kant. Também desenvolve pesquisa sobre gênero e democracia.